ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Jaiane Oliveira de Souza
Universidade do Estado da Bahia, Urandi, BA, Brasil
jaianezoliveira.9@gmail.com
Juliana Souza Martins
Universidade do Estado da Bahia, Candiba, BA, Brasil
julianasouzamartins832@gmail.com
Káila Gabriele Oliveira Silva
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
kailagabriele628@gmail.com
Aline Paulino Texeira
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil
aline.paulinoT@gmail.com
Fausta Porto Couto
Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, BA, Brasil.
fcouto@uneb.br

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); PPG-UNEB-BA

FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES(AS) PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ÉTNICO-RACIAL, INTERCULTURAL, DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, FEMINISTA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Resumo

O presente trabalho analisa o acesso e a permanência de estudantes negros no ensino superior brasileiro, com foco nas políticas de ações afirmativas, especialmente as cotas raciais previstas pela Lei n°12.711/2012, atualizadas e ampliadas pela Lei nº 14.724/2023, que representa um avanço importante na consolidação dessas medidas. O objetivo central é compreender como se dá o ingresso de estudantes negros no ensino superior, por meio de cotas raciais associadas a critérios socioeconômicos, com o propósito de compensar desigualdades históricas e fortalecer a representatividade no ambiente acadêmico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio da análise bibliográfica, a partir de artigos, teses e dados oficiais. O referencial teórico aborda as desigualdades raciais históricas na educação brasileira e as estruturas que dificultam esse acesso da população negra à universidade. Os resultados indicam que o ingresso aumentou através das cotas. Embora o número de pessoas negras matriculadas nas instituições tenha aumentado significativamente, esses estudantes ainda enfrentam obstáculos como o racismo institucional, falta de apoio financeiro, psicológico, pedagógico e a ausência de representatividade. Depreende-se que as políticas de ações afirmativas são fundamentais para

democratizar o ensino superior, mas precisam ser acompanhadas por ações permanentes de suporte e combate ao racismo com oportunidades reais.

Palavras-chave: Ações afirmativas; ensino superior; cotas raciais; permanência estudantil.

1 Introdução

As políticas de ações afirmativas visam combater discriminações étnicas, de gênero, raciais e socioeconômicas. Conforme o Estatuto da Igualdade Racial, "destinam-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos" (Brasil, 2010, Art. 1º). Objetivam ampliar o acesso de negros, pardos, indígenas e estudantes de baixa renda ao ensino superior federal, enfrentando a desigualdade educacional no país. Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, instrumento fundamental para a democratização do ensino superior.

Este trabalho busca compreender o ingresso de estudantes negros por meio de cotas raciais associadas a critérios socioeconômicos, como forma de compensar desigualdades históricas e fortalecer a representatividade acadêmica. Segundo Costa (2019, p. 89), "[...] os negros enfrentam barreiras estruturais como racismo institucional, carência de recursos financeiros e baixa autoestima acadêmica, fatores que influenciam diretamente em sua permanência e desempenho nas universidades".

Também são relevantes iniciativas como programas de bolsas de estudo, incentivos à contratação de minorias e a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, prevista na Lei nº 10.639/2003. Boaventura de Sousa Santos (2003) ressalta a necessidade de uma justiça que reconheça desigualdades raciais enraizadas desde a escola até a universidade. Para ele, é preciso garantir "uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades" (Santos, 2003, p. 56).

Assim, diante da ampliação do acesso por meio das cotas, persistem desafios relacionados à permanência e à conclusão dos cursos por esses estudantes (Carvalho, 2021). Nesse sentido, problematizamos: como as ações afirmativas impactam o acesso, a trajetória acadêmica e a conclusão de curso de cotistas?

2 Desigualdade racial na educação

Segundo Carneiro (2003), o racismo é um dos principais fatores que estruturam a desigualdade social no Brasil, sendo reproduzido no sistema educacional pela baixa qualidade da educação oferecida às populações negras e periféricas, pela ausência de representatividade nos currículos e pelo preconceito institucional. De forma semelhante, Gomes (2005) afirma que a escola brasileira ainda reproduz práticas que desvalorizam a identidade negra, silenciando saberes e culturas afro-brasileiras. Essa exclusão se estende ao ambiente universitário, onde estudantes negros enfrentam a invisibilização de suas trajetórias, o preconceito velado e a ausência de referências étnico-raciais nos currículos e nos espaços de poder. Como destaca Carvalho (2021, p. 28), ao narrar sua experiência na UNEB, "os corpos negros começaram a sair da invisibilidade [...], dizendo àquele espaço que também nos pertencia", mas, ainda assim, "a desconfiança sobre mim e minha competência não cedia", revelando como o racismo simbólico se mantém presente mesmo após o acesso.

Munanga (2004) evidencia a necessidade de políticas públicas reparadoras que enfrentam as desigualdades raciais como parte da democratização do ensino. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) mostram que estudantes negros, em sua maioria, estão matriculados em redes de baixa infraestrutura, o que impacta seu desempenho e suas chances de acesso ao ensino superior.

3 Metodologia

De abordagem qualitativa, a pesquisa parte da análise bibliográfica exploratória, analisando textos acadêmicos, artigos científicos e teses, com a finalidade de compreender como se dá o ingresso de estudantes negros no ensino superior, por meio de cotas raciais. Segundo Minayo (2001, p. 21), "a pesquisa social de abordagem qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos". Sendo assim, esta abordagem se torna essencial para investigar o universo dos significados, das representações e das práticas sociais, sendo adequada para estudos que envolvem desigualdades sociais e relações étnico-raciais. A pesquisa bibliográfica exploratória se deterá nas produções

publicizadas nas plataformas digitais no período de 2020 a 2025, considerando-se o marco de debate e revisão da Lei nº 12.711/2012, 2022 a 2023, quando foi sancionada a Lei nº 14.723/2023, que reafirma as ações afirmativas para o ensino superior na rede federal atualizando aspectos de acesso via cotas raciais. Os dados serão lidos a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977), observando-se os ditos Martuccelli (2006; 2007) acerca dos suportes e papéis no processo de individuação nas trajetórias acadêmicas; e as estratégias da ação, integração e subjetividades (Dubet, 1994) no forjar das experiências sociais.

4 Oportunidades iguais e uma permanência qualificada

Desde a implementação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, é possível perceber a luta pela igualdade racial no nível superior. Nilma Lino Gomes (2005) destaca a importância das ações afirmativas para romper com a lógica excludente e eurocentrada que historicamente estruturou o acesso à universidade no Brasil. Ela discute e defende que mais do que uma política de reparação, trata-se de um reconhecimento do direito à diversidade racial e cultural nos espaços acadêmicos.

A promulgação da Lei nº 12.711/2012 representou um marco na história da educação superior brasileira. Segundo o Censo da Educação Superior (INEP, 2023), pretos e pardos passaram a representar mais de 50% dos matriculados nas universidades públicas, algo inédito na história do país. Esse dado demonstra a eficácia das políticas afirmativas no que diz respeito ao acesso. Estudos apontam que estudantes cotistas, especialmente negros, enfrentam obstáculos estruturais que comprometem sua trajetória universitária (Costa, 2019). Entre os principais desafios estão: carência de recursos financeiros, com bolsas limitadas; falta de políticas de apoio acadêmico e psicológico; entre outros. Como afirma Costa (2019, p. 91), “a permanência estudantil deve ser compreendida como um processo que envolve condições materiais, subjetivas e institucionais. Sem apoio integral, há um risco real de evasão e invisibilidade dos estudantes beneficiados pelas ações afirmativas”.

Para Sueli Carneiro (2003), os posicionamentos contra as cotas revelam um compromisso com o mito da democracia racial, que nega a existência das desigualdades raciais estruturais no país, o que pode ser revertido, segundo Gomes (2017, p. 34), com “a presença negra na universidade desloca o centro, desestabiliza estruturas, exige mudanças curriculares e

convoca à escuta de vozes antes silenciadas". Isso evidencia que as ações afirmativas têm um papel formativo não só para os beneficiários, mas para toda a comunidade acadêmica.

5 Considerações finais

As ações afirmativas são suportes (Martuccelli, 2006; 2007) institucionais para o acesso ao ensino superior para o público marginalizado historicamente. As experiências com esse dispositivo jurídico evidenciam resistência às cotas, presente em setores da sociedade, indica que o debate público sobre racismo, privilégio branco e desigualdades estruturais ainda precisa avançar para que a política seja não apenas tolerada, mas compreendida como uma estratégia de justiça social (Dubet, 1994).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.28, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República [2023]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Sebastião Carlos Dos Santos. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi.** 2021. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

COSTA, Ana Paula da Silva. **Ações afirmativas e permanência de estudantes cotistas:** desafios e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2019.

DUARTE, Allan Coelho. A Constitucionalidade das políticas de ações afirmativas. **Núcleo de Estudos e Pesquisas**, Senado, v. 147, p.1-23, 2014.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: repensando caminhos. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 25-44, jan./abr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/esci/a/wtSjL3j65B3Lw9JRxnZGpYF/?lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. **Censo da Educação Básica e Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP/MEC, 2023.

MARTUCCELLI, Danilo. **Forgé par l'épreuve**: l'individu dans la France contemporaine. Paris: Armand Colin, 2006.

MARTUCCELLI, Danilo. **Gramaticas del indivíduo**. Tradução: Jose Frederico Delos. Buenos Aires: Losada, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, Boaventura Souza. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003